



(Des)Acordo Ortográfico em foco: representações sociais de estudantes brasileiros e portugueses

The Orthographic (dis)Agreement in focus: Portuguese and Brazilian students's social representations

MICHELLY CARVALHO¹, ROSA CABECINHAS² & LAERTE MAGALHÃES³

Resumo

Neste estudo fazemos uma análise das representações de estudantes universitários brasileiros e portugueses sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, através da metodologia de grupos focais. Entre os participantes portugueses, observámos a predominância de posições desfavoráveis ao tratado. Os argumentos apresentados para essa discordância giram em torno de questões identitárias como a perda da essência da língua, da identidade portuguesa e as concessões feitas ao Brasil (ex-colónia). Entre os participantes brasileiros também prevaleceram posicionamentos contrários ao acordo. Neste caso, a rejeição do Acordo liga-se principalmente com os problemas sociais que o país enfrenta (distribuição de livros, dificuldades dos professores no ensino e avaliação dos alunos, etc.). Quanto aos significados associados à Lusofonia, a maior parte dos estudantes brasileiros referiram não ter qualquer noção sobre o termo. Pelo contrário, os estudantes portugueses, no geral associaram o mesmo à problemática da relação entre os países de língua oficial portuguesa, ao processo de colonização e à expansão portuguesa.

Palavras-Chave: Acordo Ortográfico; Lusofonia; representações sociais

Abstract

This article presents an analysis of the representations of Brazilian and Portuguese university students about the Portuguese Language Orthographic Agreement, using the methodology of focus groups. Among the Portuguese participants, we observed a predominance of unfavorable positions towards the treaty. The arguments for this discordance revolve around the perceived identity threat and the submission to Brazil, a former Portuguese colony, which is perceived as the leader of the treaty. Among the Brazilian participants, unfavorable positions towards the treaty have also prevailed; however, this positioning against the Orthographic Agreement binds primarily with the social and pedagogical concerns (for example: book distribution, difficulties in teaching the new orthography and assessing the students, etc.). Regarding the meanings associated with Lusophony, most Brazilian students participating in focus groups stated they do not have any notion about it. Portuguese students, on the contrary, in general associated this term with the problematic relations among the Portuguese-speaking countries, the process of colonization and the Portuguese Expansion.

Keywords: Orthographic Agreement; Lusophony; Social Representations

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, michellyscarvalho@gmail.com

² Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

³ Núcleo de Estudos e Pesquisas em Estratégias de Comunicação, Universidade Federal do Piauí.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa estudar as representações sociais acerca do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entre jovens universitários, no Brasil e em Portugal, através da metodologia de grupos focais.

No estudo das representações sociais é preciso ter em conta, como menciona Moscovici e Nemeth (1974, *in* Arruda: 137), que aquelas são conjuntos dinâmicos que originam comportamentos e relações com o meio, uma ação que altera uns e outros, não se constituindo como uma reprodução ou uma reação a um estímulo externo determinado. Neste âmbito, cabe ressaltar também o papel da identidade social que se constrói tendo em conta as experiências pessoais e coletivas, mas também considerando as “vozes sociais” exteriores ao grupo (Lima & Vala, 2003).

Segundo Henry Tajfel (1983: 290), a identidade social caracteriza-se como parte de um conceito próprio elaborado pelo indivíduo como consequência do reconhecimento da sua pertença a determinado grupo social, em conjunto com o significado emocional e valorativo associado a tal pertença. O autor menciona ainda que “por muito rica e complexa que possa ser a visão de si próprios dos indivíduos em relação ao mundo físico e social que os envolve, certos aspectos desta visão são uma contribuição da sua pertença a determinados grupos, ou categorias sociais” (1983: 290). Na aceção do autor, a categorização social seria um instrumento que classifica, fragmenta e organiza o ambiente social, bem como um mecanismo de orientação que ajuda a desenvolver e definir socialmente o lugar do indivíduo (Tajfel, 1983: 291). Assim, os grupos sociais contribuem para a definição da identidade social dos seus membros.

Neste trabalho analisamos como se configuram as representações sociais acerca do Acordo Ortográfico no Brasil e em Portugal, observando as eventuais relações com a identidade social, nomeadamente as estratégias de manutenção de distintividade positiva do grupo de pertença, num contexto de mudança social forçada.

O Acordo foi ratificado recentemente entre membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O objetivo é uniformizar os sistemas ortográficos dos países de língua oficial portuguesa. Está em vigor em Portugal desde 13 de maio de 2009, segundo o aviso n.º 255/2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando foi entregue junto da República Portuguesa o documento de ratificação. A reforma ortográfica tem um prazo de transição de 6 anos, o que estabelece um período de adaptação que se prolonga até final de 2015. No Brasil, o período de transição começou a 1 de Janeiro de 2009 e expira a 31 de Dezembro de 2015 (Decreto nº 7875/12).

Nossa hipótese inicial era que o nível de rejeição do acordo seria maior em Portugal do que no Brasil. Estudos exploratórios realizados junto de uma amostra de estudantes da universidade do Minho (Carvalho & Cabecinhas, 2013) indicaram que o Acordo tende a ser vivenciado como uma ameaça identitária, sendo considerado como uma espécie de submissão da norma do ex-colonizador (Portugal) para com a norma da ex-colónia (Brasil), uma vez que o Brasil é percebido como líder

no processo de negociação que conduziu à versão final do Acordo (razão pela qual algumas pessoas o rotulam como “Acordo Brasileiro”).

Entretanto verificamos que há também um número elevado de posicionamentos desfavoráveis a esta reforma ortográfica no Brasil. Diferentemente do que ocorre em Portugal, em que são invocadas questões identitárias para a rejeição do Acordo, entre os brasileiros o contexto é outro. As justificativas para discordância com o Acordo estão mais relacionadas com questões práticas ligadas à realidade social do país no que toca à distribuição de livros, dificuldades que os professores sentiriam no ensino e avaliação dos alunos e o próprio embaraço do dia-a-dia no uso da ortografia, principalmente entre os estudantes de ciclos de estudos mais avançados.

2. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais surgiu na França através das contribuições de Serge Moscovici (1961) com a sua obra *La Psychanalyse, son image, son public*. Com os estudos de Moscovici as dicotomias entre indivíduo e sociedade, sujeito e objeto, razão e senso comum, razão e emoção foram repensadas (Farr, 1995). Para Moscovici existe uma relação diferente entre estímulo-resposta daquela proposta pela psicologia clássica (Behaviorismo). De acordo com o autor “as representações sociais determinam tanto o carácter do estímulo como a resposta que ele incita, assim como, em situação particular, (...) determinam quem é quem” (Moscovici, 2010/2000: 100).

Apoiado especialmente nos estudos de Durkheim (1988/1974, 1955/1983) – mas também de outros autores como Piaget, Lévy-Bruhl, Freud –, Moscovici desenvolveu, na década de 60, a Teoria das Representações Sociais. Para o autor, as representações sociais são “fenômenos específicos que estão relacionados com o modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum” (Moscovici, 2010/2000: 49). São concepções elaboradas a partir de ideias, experiências e estereótipos presentes no imaginário coletivo. Constituindo-se não como um reflexo da realidade, mas uma interpretação desta (Cabecinhas, 2004).

Moscovici vem atualizar as ideias apresentadas por Durkheim e diferencia-se deste especialmente na forma como se posiciona em relação ao indivíduo. Na percepção de Moscovici, o sujeito é para além de ator social, também autor das ideias que representa (Fonseca, 2004). Desta forma, “cabará ao sujeito um papel activo na construção dos conteúdos de significação, em detrimento de uma visão passiva e meramente recetora de uma realidade que lhe é exterior” (Fonseca, 2004: 27).

Moscovici (2010/2000: 61-78) sistematiza dois procedimentos nos quais assentam as representações sociais: a *objetivação* e a *ancoragem*. Na *objetivação* o indivíduo seleciona a informação daquilo que concede poderes figurativos de acordo com suas convicções e com o estoque de imagens preexistentes e descontextualiza os elementos que deseja representar. Segundo o autor, “A objetivação une a ideia de

não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então diante de nossos olhos, física e acessível” (p. 71).

Já a *ancoragem* é um processo em que o sujeito dá sentido ao não-familiar por meio daquilo que é de seu conhecimento. Representa o desconhecido através do conjunto de informações que já detém. Assim, ancorar é classificar e nomear alguma coisa (Moscovici, 2010/2000). Trata-se de um “(...) processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos apropriada” (Moscovici, 2010/2000: 61). Consiste na utilização de paradigmas da realidade social para caracterizar algo que não se consegue definir de outra forma.

3. METODOLOGIA: GRUPO FOCAL

Os primeiros estudos com grupos focais foram realizados por Kurt Lewin (1948), numa investigação-ação, durante a Segunda Guerra Mundial num estudo sobre como alterar os hábitos alimentares dos americanos. Segundo Lervolino e Pelicioni (2001: 116), a essência dessa metodologia está no processo interativo que ocorre entre os participantes e o investigador, o qual tem por objetivo recolher informações a partir da discussão baseada em tópicos específicos e diretivos.

Munday (2006: 95) acrescenta que o grupo focal deve ser visto como formador do seu próprio contexto social, onde o conteúdo gerado não pode ser dissociado das circunstâncias em que o mesmo foi produzido. Isso significa que é preciso ter atenção e não analisar somente o que é dito, mas a interação entre os participantes, bem como o papel do pesquisador nesse processo. Assim, constitui um método adequado para observar os processos pelos quais os sujeitos trabalham em conjunto para formar uma identidade coletiva. A partir das concepções de Bryman (2001), Munday afirma que o grupo focal fornece a possibilidade de estudar como os sujeitos em conjunto elaboram e dão sentido aos fenómenos.

Segundo Lervolino e Pelicioni (2001: 118-119), partindo das ideias de Morgan (1988), a análise dos dados recolhidos nos grupos focais geralmente é feita por sumário etnográfico ou codificação dos dados através da análise de conteúdo. Na nossa investigação, efetuámos uma *análise temática* do material resultante dos grupos focais. Este método tem ganho cada vez mais relevância na análise de entrevistas individuais ou de grupo e será apresentado mais detalhadamente no tópico seguinte.

4. ANÁLISE TEMÁTICA

Na conceção de Boyatzis, a análise temática é um método utilizado para a pesquisa qualitativa. Nesta aceção, “It is not another qualitative method but a process that can be used with most, if not all, qualitative methods and that allows

for the translation of qualitative information into quantitative data, if this is desired by researcher” (1998: 4).

Segundo Braun e Clarke (2006: 79) esse método consiste em analisar e descrever os principais temas nos dados recolhidos, um procedimento que organiza o material de forma pormenorizada, descrevendo a base de dados em ricos detalhes para depois se proceder a verificação.

Para Braun e Clarke (2006), essa metodologia é interessante porque possui uma liberdade teórica e flexibilidade, podendo potencialmente fornecer uma análise rica, detalhada e ao mesmo tempo complexa dos dados. As autoras acrescentam que a análise temática tem sido amplamente utilizada, mas que não existe um consenso sobre o que seja realmente esse método e como realizá-lo. A crítica ao método recai justamente sobre esse ponto de falta de homogeneidade em relação ao conceito e aos procedimentos a serem utilizados. Por isso, as autoras tentam encontrar um equilíbrio na demarcação da análise temática, explicando o que é, como fazê-la, garantindo ao mesmo tempo a flexibilidade, característica do próprio método.

Nesta linha de pensamento não existe um quadro teórico ideal para a realização de pesquisas qualitativas. Aqui o importante é que esse enquadramento na literatura corresponda àquilo que o pesquisador quer saber, com escolhas reconhecidas como tal. Onde, não existe uma forma exata de fazer análise temática e o produto final varia, por isso é preciso fazer escolhas teóricas coerentes conforme o material a ser analisado (Braun & Clarke, 1996: 86).

5. GRUPOS FOCAIS - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na realização dos grupos focais consideramos uma amostragem não-probabilística acidental, por questões de exequibilidade. Os grupos realizados no Brasil ocorreram na cidade de Teresina, estado do Piauí, com estudantes universitários de licenciatura (exceto um estudante que já estava no mestrado). Os participantes pertenciam aos cursos de *Letras-Português*, *Farmácia* e *Comunicação Social* da Universidade Federal do Piauí, com idade entre 18 e 27 anos, tendo os mesmos colaborado de forma voluntária. Foram realizados 5 grupos que variavam entre 5 a 9 participantes.

Em Portugal, as discussões efetuadas utilizaram uma amostragem semelhante à realizada no Brasil. Os grupos foram feitos com estudantes universitários do primeiro ciclo dos cursos de *Sociologia*, *Ciências da Comunicação* e *Estudos Portugueses e Lusófonos*, em Braga, na Universidade do Minho. Os participantes estavam incluídos na faixa etária de 18 a 45 anos e sua participação também foi voluntária. Os 8 grupos focais realizados contaram com um número de participantes mínimo de 8 e máximo de 12 participantes.

Debatemos várias questões relacionadas com a Lusofonia e o Acordo Ortográfico (AO). Entretanto, vamos discorrer neste artigo apenas sobre alguns

pontos que foram discutidos nestes grupos, especialmente a respeito da percepção dos participantes acerca do Acordo Ortográfico; o posicionamento destes sobre o assunto; quais os principais argumentos para cada uma das posições e o que entendem sobre Lusofonia.

A questão da Lusofonia foi o primeiro assunto discutido nos grupos focais. É interessante observar que no Brasil pouquíssimos participantes conheciam ou tinham alguma noção sobre o termo. Na maior parte dos grupos, os participantes tentavam decifrar o “enigma” através da etimologia do vocábulo, remetendo sempre para *lusu*/português e *fonia*/som. Desta forma, grande parte das respostas estava relacionada ao sotaque ou à língua em Portugal. Abaixo damos alguns exemplos.

“Já ouvir falar do termo, mas sei te dá um conceito tipo assim, “lusu/fonia” sei lá... A junção dos países lusófonos, o que eu sei é isso, países que tem a língua portuguesa, como língua materna, mas não sei te dá um conceito assim, Lusofonia é isso...”. (Fabiola⁴, 23 anos, Letras, Brasil)

“O modo como o português fala”. (Pascoal, 20 anos, Farmácia, Brasil)

“Não ouvi falar, mas pela palavra, como o Pascoal falou, acredito que seja o som da fala portuguesa, língua portuguesa”. (Jacó, 19 anos, Farmácia, Brasil)

Observamos assim que o termo Lusofonia não diz muito aos brasileiros, que, na maioria das situações analisadas, o associaram a Portugal. Como mencionámos anteriormente, quando questionávamos a respeito do que significava “Lusofonia” e que relação tinham com o termo, observámos que não era estabelecida uma conexão direta com o Brasil ou com os países de língua oficial portuguesa, apenas com Portugal. Tal aspecto direciona-nos para uma certa centralidade de Portugal em relação à palavra e à discussão que ela levanta, bem como as suas contradições. De facto, o termo não tem um significado unânime por parte dos oito países da chamada “comunidade lusófona” (Brito & Bastos, 2006: 72). Existe de imediato, conforme Brito e Bastos, um problema de carácter etimológico e semântico: “(...) o substantivo abstracto ‘Lusofonia’ remete à *Lusitânia*, província romana pertencente ‘à Hispânia, habitada pelos lusitanos’ e a forma *lusu*, do latim *lusu*, remete a lusitano, português, relativo a Portugal” (2006: 72). Por conta disto, as autoras salientam que fora do espaço português, o fator semântico tem peso e acarreta, certas vezes, algum desconforto, já que invoca uma centralidade da matriz portuguesa em comparação aos outros sete países. Corroborando esta ideia, Rocha (2013: 1-2) destaca que “Lusofonia is a concept metaphorically adrift, and if any anchorage is to be found, it will have to be through a complex triangular structure, always implying a circuit (and sometimes a short circuit) of uncertain exchanges and reciprocal gazes”.

Nos grupos focais realizados em Portugal os estudantes associaram o termo Lusofonia aos países que falam a língua portuguesa, mencionando também que seriam os países que foram colonizados por Portugal.

⁴ Com o objetivo de resguardar a identidade das pessoas que colaboraram com nossa investigação nos grupos focais, utilizamos nomes fictícios.

“(...) são os países que falam a língua portuguesa, nos Descobrimientos também Portugal conseguiu conquistar alguns países desses, logo deixar as nossas culturas e também a nossa língua”. (Abel, 19 anos, Sociologia, Portugal)

“Lusofonia geralmente eu entendo pelo conjunto de países que falam a língua portuguesa e que têm como língua oficial a língua portuguesa”. (Laís, 19 anos, Estudos Portugueses e Lusófonos, Portugal)

“(...) é os países que ou falam a língua portuguesa ou que foram colonizados por Portugal”. (Bruna, 19 anos, Estudos Portugueses e Lusófonos, Portugal)

Além da ideia já mencionada, que está subjacente a todas as discussões, acrescentaram a Lusofonia como a relação existente entre Portugal e os países de língua portuguesa. Uma percepção que, mais uma vez, remete para a centralidade portuguesa neste âmbito.

Os estudantes relacionaram a Lusofonia também à utilização da língua pelos diversos países e ainda à conceção de Lusofonia como partilha da identidade.

“Eu penso que é mais o conjunto de países que utilizam a língua portuguesa como língua oficial”. (Ramiro, 18 anos, Ciências da Comunicação, Portugal)

“Eu penso que são os vários países que têm o português como língua materna, países em África, Brasil, Portugal... (Heloísa, 19 anos, Ciências da Comunicação, Portugal)

“Penso que a Lusofonia é, à partida, então, da língua portuguesa, onde os CPLP têm (...) a língua oficial portuguesa, penso que tem vários acordos entre esses países. (Vilma, 19 anos, Ciências da Comunicação, Portugal)

Quando questionados sobre o que entendiam do Acordo, as respostas dos estudantes direcionavam sempre para os objetivos do mesmo. Os brasileiros, por exemplo, fizeram menções como: a) tentativa de aproximar as culturas; b) unificação para tentar melhorar o intercâmbio de culturas; c) criar um sentimento de unidade; d) uma tentativa de fortalecer a língua portuguesa no cenário mundial; e) ajudar na circulação de documentos entre países; f) teria fins mais comerciais que linguísticos; g) objetivaria diminuir as diferenças ortográficas entre Brasil e Portugal, principalmente. Podemos observar tais argumentos nas citações seguintes:

“(...) E acredito também que tenha sido uma unificação pra tentar melhorar intercâmbio principalmente com a literatura (...)”. (Lúcio, 22 anos, Jornalismo, Brasil)

“Bem, assim pelo que eu ouvi dizer ele veio facilitar principalmente a questão de documentos (...). (Sérgio, 21 anos, Letras, Brasil)

“(...) eu acho que é uma coisa bem mais comercial porque os livros didáticos têm que ser todos reformulados (...)”. (Melissa, 20 anos, Letras, Brasil)

“Também acho que foi pra unificar a escrita portuguesa e pra tentar ajudar quem não fala a língua portuguesa. (...)”. (Pascoal, 20 anos, Farmácia, Brasil)

Podemos notar que a relação dos brasileiros com o Acordo é mais instrumental que identitária. Os participantes apresentam o Acordo sempre na sua perspectiva prática de ligar o país com as outras culturas, facilitar o mercado editorial e fortalecer a língua no cenário mundial. Neste ponto, poderíamos presumir que essas representações podem estar também relacionadas com aquilo que os participantes viram nos media.

Em contrapartida, para os participantes portugueses a principal finalidade do AO seria simplificar e unificar a língua portuguesa. De forma específica, para além da questão anteriormente citada, mencionou-se que o AO intencionaria também aproximar o português europeu do português do Brasil. Destacou-se também que questões económicas poderiam relacionar-se ao assunto já que o Brasil está a se desenvolver de forma acelerada e sendo a língua portuguesa unificada facilitaria a comunicação entre os dois países.

“De facto, eu não estou a ver nenhum outro motivo, acho que as motivações políticas estão sempre na base de tudo o que se faz, é impressionante, e não consigo encontrar outro”. (Adelina, 20 anos, Estudos Portugueses e Lusófono, Portugal)

“Por exemplo, uma teoria que eu já ouvi sobre isso é que, como o Brasil agora se está a desenvolver muito, Portugal vai querer sempre ter facilidades de comunicação com o país e talvez seja por isso que se está a adotar o Acordo e a unificar a ortografia”. (Laís, 19 anos, Estudos Portugueses e Lusófonos, Portugal)

“Talvez uma tentativa de aproximação ou quase um tornar o português como lá”. (...). (Bruna, 19 anos, Estudos Portugueses e Lusófonos, Portugal)

Alguns estudantes portugueses também mencionaram que o AO poderá ajudar a comunicação e o envolvimento entre os países lusófonos, especialmente entre Portugal e Brasil. Destacaram também que o AO tende a facilitar a circulação de documentos entre Portugal e Brasil, além de auxiliar a comunicação entre estes dois países. Para além disso, mencionaram a questão da simplificação da língua, o que a tornaria mais acessível, incentivando a sua internacionalização.

Apesar de a maior parte dos estudantes portugueses que participaram nos grupos serem contrários ao Acordo Ortográfico, a representação que fazem dos objetivos do AO tende a ser positiva. O AO é visto como uma forma de aproximar os países lusófonos, de estreitar as relações comerciais e facilitar a circulação de documentos. Isto demonstra que, para os estudantes, a essência do objetivo do Acordo é interessante e boa, mas, na prática, muitas questões foram postas de lado ou mesmo diluídas de maneira arbitrária.

Já entre os brasileiros o ponto central das representações acerca do Acordo situou-se na questão da unificação da língua entre os países de língua portuguesa, com a justificativa de aproximação cultural entre os países e facilitação do intercâmbio de literatura e de pessoas. Mesmo sendo um argumento considerado relevante

para quem era contrário ao Acordo, não era suficiente, segundo eles. Foi unânime a indicação de que a unificação da ortografia entre os países é algo positivo, mesmo entre os participantes que não concordavam com o Acordo.

Observamos que, num total de 43 estudantes brasileiros que participaram nos grupos, cerca de 20 pessoas afirmaram ser contra a reforma, aproximadamente 13 pessoas concordavam com a mesma e 10 pessoas revelaram uma ambivalência sobre o tema, ou seja, não eram completamente contra, nem a favor. Esta ambivalência parece situar-se na fase da objetivação; os estudantes por não terem muitos conhecimentos sobre o tema representam-no através de conceitos e ideias familiares para caracterizar o assunto. Neste ponto incide o paradoxo da representação, por não saberem exatamente em que o Acordo consiste, concebem-no como uma coisa boa na teoria, mas que na prática não funciona, tendo em conta experiências anteriores, em que se formularam projetos interessantes que ficaram somente no papel ou que de alguma forma dificultaram a vida das pessoas.

Alguns argumentos contrários mencionavam o Acordo mais como um jogo político:

“Bem, o objetivo eu creio como todo mundo que tenha sido mais por questão política e eu me coloco assim: toda decisão, toda posição que você tome tem sempre dois lados, o que vai favorecer a vida das pessoas e o que vai desfavorecer. Então, como já foi posto aqui, esse Acordo vai trazer benefícios, vai, mas também vai trazer malefícios pro Brasil (...)”. (Carla, 22 anos, Letras, Brasil)

“De fato, realmente não tem como negar que essa é uma questão mais do que política, não tem como esconder isso e pelo fato da forma que foi imposto ao Brasil, não só o Brasil, mas também aos outros países. Eu vejo o seguinte: já que é algo que mexe realmente com toda a sociedade brasileira e também a de vários países como vivemos em um país democrático eu creio que a melhor forma seria fazer um plebiscito (...)”. (Pedro, 24 anos, Letras, Brasil)

Evidenciavam também que já são muitos anos escrevendo num formato para mudar de forma tão repentina, destacando ainda a dificuldade de adaptação.

“Há tanto tempo que a gente vem acostumado com isso... é um longo período e eles querem que a gente se adapte em 2 anos”. (Marcela, 18 anos, Jornalismo, Brasil)

“(...)Foram 18 anos a gente escrevendo de um jeito pra em 2 anos mudar (...)”. (Maura, 20 anos, Jornalismo, Brasil)

Consideram que há no AO uma componente mais económica do que linguística e que os professores terão dificuldade para ensinar a matéria, além da questão dos livros didáticos que chegariam desfasados nas escolas, por conta de problemas de distribuição.

“(...) A quantidade de obras que vão ter que ser reeditadas por causa de um simples acento em “ideia” e hífen, coisas muito pequenas, sem falar que vai ser um desperdício enorme pra natureza tanto papel desperdiçado sem ter nenhuma necessidade no meu ponto de vista”. (Glória, 20 anos, Letras, Brasil)

“(...) num país como o Brasil, de dimensões continentais, que tem a maior quantidade de pessoas que falam língua portuguesa e escreve em língua portuguesa, principalmente na educação pública, livros, às vezes, demoram três/quatro anos pra chegar e quando chegam e eles já vem, digamos desfasados, com assuntos desfasados. (...) vai dá confusão porque, se, por exemplo, se um certo aluno estudar por um livro de uma edição mais antiga e ele vai fazer uma prova e ele coloca coisas que realmente, tem um trabalho que realmente exige esse tipo de literatura com a escrita mais antiga ele vai escrever e o professor vai ter que cortar, se ele tirou daquela bibliografia? Então a dificuldade maior é exatamente essa (...)”. (Hélio, 21 anos, Letras, Brasil)

Várias escolas brasileiras têm denunciado a demora na entrega dos livros didáticos⁵, nos últimos anos, mencionando a dificuldade de prosseguirem com as aulas por conta desta questão.

Observamos a partir dos depoimentos mencionados anteriormente, que os participantes não relacionaram o Acordo de forma tão contundente com a questão identitária, como ocorre em Portugal (Carvalho & Cabecinhas, 2013). Normalmente, os mesmos relacionam os problemas do Acordo com questões práticas do dia-a-dia, principalmente no que toca à adaptação da escrita, os problemas com os livros didáticos e com os regionalismos utilizados na escrita de alguns autores.

Quanto ao posicionamento dos participantes portugueses em relação ao Acordo, observamos que, em sete dos oito grupos realizados, predominou uma posição desfavorável ao tratado, sendo que, no grupo onde essa não era a posição predominante, houve uma tendência a uma postura mista, ou seja, os estudantes concordavam em alguns pontos e discordavam em outros. No total de 77 participantes, 43 foram contra o acordo, 6 estudantes manifestaram posicionamentos favoráveis, 22 posicionaram-se de forma ambivalente e 6 estudantes não opinaram.

Conforme Castro e Batel (2006: 2180), no cruzamento de posições contrárias podemos falar de dualidade/contradição, a qual é permitida pelo facto de sustentar o raciocínio ambivalente. Aqui ambas as posições podem ser sustentadas, por conta dos argumentos que as justificam e que fazem sentido quando as observamos de maneira isolada. Moscovici (1961) considerou essa tomada de posição de forma distinta de *polifasia cognitiva*, em que num mesmo contexto social, dependendo dos interesses e motivações, um mesmo indivíduo pode ter representações díspares sobre um dado objeto.

Entre os estudantes portugueses a ambivalência das representações sobre o Acordo parece situar-se principalmente na fase da objetivação. Aqui os estudantes selecionam a informação daquilo que configura poderes figurativos conforme as suas convicções, ideias e concepções sobre o AO, juntamente com o estoque de imagens preexistentes sobre o tema e descontextualizam os elementos que desejam

⁵ Ver, por exemplo: “Escolas estaduais reclamam da demora na entrega de livros”, Universidade Metodista de São Paulo Rudge Ramos online <http://www.metodista.br/rroonline/noticias/educacao/2013/2013/11/estado-de-sao-paulo-distribui-762-6-mil-livros-no-abcd>, acesso em 22 de Novembro de 2013; “Pais e alunos da rede estadual reclamam da demora na entrega do Kit Escolar” Independente FM http://www.independentefm.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=476:pais-e-alunos-da-rede-estadual-reclamam-da-demora-na-entrega-do-kit-escolar-&catid=2:noticias&Itemid=7, acesso em 22 de Novembro de 2013; “Faltam livros nas escolas” Gazeta do Povo <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=980587>, acesso em 22 de Novembro de 2013.

representar. Fazem-no baseando-se nas percepções sobre o importante papel que Portugal representou no passado, ou seja, transformam uma ideia abstrata sobre o AO em algo concreto. A partir daí a ambivalência da representação incide na ideia de que o AO é interessante, porque vai fortalecer a língua portuguesa mundialmente e facilitar a relação entre os países, mas em contrapartida, vai comprometer a identidade portuguesa, transformando a língua no português brasileiro. Dado que para alguns participantes o AO retira algumas características que diferenciam o PE (português europeu) do português praticado no Brasil, tornando-o mais semelhante a este. Além de parecer uma forma de reverência a um país que no passado foi colônia de Portugal.

“(...) eu não chamaria português à língua brasileira, eu chamaria português brasileiro, quem fala aqui português são os portugueses, portanto nós vamos perder características do português, portanto vamos passar a falar todos português brasileiro.(...)”. (Felícia, 19 anos, Sociologia, Portugal)

“(...) pelo que vejo tirar-nos os “cês” a certas palavras é pôr-nos a falar um bocado brasileiro e eu acho isso errado”. (Jacinta, 18 anos, Portugal)

“(...) acho que é um bocado tirar a origem da nossa língua, tendo em conta que a nossa língua veio do latim e o latim usava muito os “cês” antes dos “tês”, dos “pês”, e então eu acho que agora com o Novo Acordo é um bocado tirar a origem da nossa língua, não concordo muito pra já”. (Greta, 18 anos, Sociologia, Portugal)

No geral observamos que os participantes portugueses revelaram a tendência para uma postura paradoxal. Ao mesmo tempo que dizem que a língua se desenvolveu de forma natural, afirmam que deveria ser o país colonizado a aderir às normas ortográficas do país colonizador e não ao contrário, como se as mudanças não tivessem ocorrido em ambos os países.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos neste artigo alguns resultados de uma investigação a respeito das representações sociais sobre o Acordo Ortográfico. Detemo-nos nesta análise sobre a percepção dos participantes acerca do Acordo Ortográfico; o posicionamento destes sobre o tema; quais os argumentos mais evidenciados para cada uma das posturas face ao Acordo e o que percebem sobre Lusofonia.

Quando tratámos da questão da Lusofonia entre os brasileiros, notamos que poucos participantes nos grupos focais tinham conhecimento ou alguma noção acerca do termo. Na maior parte dos casos, quando alguém mencionava algo relacionado com a questão, os outros repetiam-no ou tentavam descodificar o termo através da sua etimologia. Na maioria das intervenções, os estudantes relacionaram o vocábulo com o sotaque ou algo ligado à língua em Portugal. Assim, verificamos que o termo Lusofonia não traz muitas referências aos brasileiros, que, em grande parte das situações estudadas, o associam a Portugal.

Por outro lado, os estudantes portugueses, no geral, ligaram o termo à problemática da relação entre os diversos países de língua oficial portuguesa e, em alguns grupos focais, a palavra foi associada ao processo de colonização e à expansão portuguesa. Verificou-se assim que os participantes portugueses atribuíram uma maior centralidade ao termo Lusofonia, estando este intimamente associado a representações da História da expansão europeia em que Portugal é percebido como tendo tido um papel de protagonista.

Sobre o entendimento dos participantes acerca do Acordo, observamos que as respostas eram direcionadas sempre para os objetivos daquele. Entre os brasileiros, as concepções ligavam-se principalmente: (i) à tentativa de aproximar as culturas; (ii) à composição de um sentimento de unidade; (iii) à tentativa de fortalecer a língua portuguesa no cenário mundial; (iv) à ajuda na circulação de documentos entre países e; (v) à eliminação das diferenças ortográficas entre os países que falam a mesma língua, especialmente entre Brasil e Portugal.

Já para os participantes portugueses, a principal finalidade desse Acordo está relacionada com a simplificação e unificação da língua portuguesa, aproximando o português europeu do português do Brasil, estando ainda envolvidas neste processo questões de ordem económica.

Foi possível notar também que a relação dos brasileiros com o Acordo é mais instrumental que identitária. Ao contrário do que ocorre entre os portugueses, em que o AO é visto como uma ameaça à identidade cultural portuguesa, os participantes brasileiros apresentam o Acordo sempre na sua perspectiva prática de ligar o país às outras culturas, facilitar o mercado editorial e fortalecer a língua no cenário mundial.

No geral, consideram que tendo sido Portugal o país onde se concebeu e difundiu a língua portuguesa deveriam ser os outros países a adaptar-se, associando principalmente ao Brasil, percebido como líder no processo de negociação do Acordo. Consideram que o Brasil, ex-colónia, é que deveria adaptar-se e não o colonizador (Portugal), que “levou a língua para lá”. Ou seja, a língua é percebida como sendo de raiz exclusivamente portuguesa e como se qualquer processo de transformação constituísse uma adulteração.

Entre os participantes brasileiros, prevalece uma ideia de que o seu povo padece de muitas mazelas sociais e que é constantemente enganado pelos governantes. Esta representação coaduna-se com os resultados de alguns estudos que mostram que a confiança que o povo deposita nos políticos é geralmente bastante baixa⁶. A identidade social brasileira influencia bastante na forma como os estudantes vêem o Acordo Ortográfico, principalmente no que diz respeito à ambivalência das representações. Os estudantes, por um lado, consideram interessante a ideia de fortalecer os laços entre os países e promover a língua internacionalmente, mas, por

⁶ Uma pesquisa da ONG Transparência Internacional, realizada este ano, mostrou que 81% dos brasileiros abrangidos na amostra consideram os políticos do seu país corruptos. A pesquisa foi realizada com 114 mil pessoas de 107 países. ONG Transparência Internacional <http://www.transparency.org/gcb2013/country/?country=brazil>, acesso em 17 de setembro de 2013.

outro, imaginam que estas ideias vão ficar apenas no papel e prejudicar o país no que toca ao processo de ensino/aprendizagem, desperdício dos livros desfasados, distribuição dos novos, etc.

No que respeita aos participantes portugueses, verifica-se que estes tendem a vivenciar o AO como uma ameaça identitária. O facto da distintividade positiva do grupo de pertença se alicerçar em perceções que remetem para o período das grandes navegações e dos descobrimentos, que continua a ser considerado como a “idade de ouro” na nação (Miranda, 2002), contribui para que o AO seja percecionado como uma “violência” histórica que não faz “justiça” ao papel histórico desempenhado por Portugal. Estas perceções, que remetem para a ideia do Portugal glorioso, que “dá novos mundos ao mundo” continuam a estruturar a forma como é pensada a relação de Portugal com as ex-colónias portuguesas. Conforme Baptista (2006), no período do Estado Novo foi largamente difundido nos meios de comunicação a imagem de Portugal enquanto “Império Português” e, especialmente do “Outro” desse império. O peso avassalador da propaganda do Estado Novo continua, em certos aspectos, a estruturar as representações da identidade nacional nos dias de hoje, influenciando na forma como os estudantes representam o Acordo. Assim, consideram que mesmo que o tratado proporcione a internacionalização da língua portuguesa e uma maior projeção desta a nível mundial, não o deve fazer às custas da identidade portuguesa. É neste ponto que reside a ambivalência das representações sociais dos portugueses sobre o Acordo. Para estes estudantes, o AO compromete as raízes da língua que, segundo eles, nasceu em Portugal e foi difundida por este país. As respostas dos estudantes denotam que a língua portuguesa é percecionada como se fosse um produto totalmente original, criado exclusivamente pelos portugueses, não havendo um reconhecimento de que esta é o fruto de influências de vários povos que se cruzaram e se cruzam no espaço geográfico que hoje é Portugal. Resumindo, esta pesquisa demonstra a persistência de uma certa “nostalgia imperial” (Lourenço, 1990; Martins, 2006) entre os portugueses, uma vez que o papel histórico desempenhado por Portugal durante o período dos descobrimentos é mobilizado como forma de legitimar o almejado papel de liderança nas negociações do Acordo Ortográfico entre países de língua oficial portuguesa. Para estes estudantes, o Acordo foi feito seguindo os interesses do Brasil e não os de Portugal, o que é percecionado como uma ameaça à identidade nacional. Curiosamente, ou não, tanto os participantes portugueses como os participantes brasileiros tendem a esquecer os contributos das línguas africanas e o papel dos países africanos de língua oficial portuguesa neste debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arruda, A. (2002). 'Teoria das representações sociais e teorias de gênero'. *Cadernos de Pesquisa* (117), 127-147.
- Baptista, M.M. (2000). O conceito de lusofonia em Eduardo Lourenço: Para além do Multiculturalismo 'Pós-humanista'. Atas do III Seminário Internacional «Lusografias», Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Évora, Évora. [<http://mariammanuelbaptista.com/pdf/OconceitodeLusofoniaemEL.pdf>, acesso em 23/09/2013].

- Boyatzis, R. (1998) *Transforming qualitative information: thematic analysis and code development*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). 'Using thematic analysis in psychology'. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101.
- Brito, H. & Bastos, N. (2006). 'Dimensão semântica e perspectivas do real: comentários em torno do conceito de Lusofonia'. In M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Ed.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp.65-77). Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R. (2004). 'Representações sociais, relações intergrupais e cognição social'. *Paidéia*, 14 (28), 125-137.
- Carvalho, M. & Cabecinhas, R. (2013) "The Orthographic (dis)Agreement and the Portuguese identity threat". *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 25, 82-95.
- Castro, P. & Batel, S. (2006) "Técnico e cidadão, eis a questão: uma controvérsia em torno da participação pública". [<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/psi/v21n2/v21n2a07.pdf>, acesso em 20/09/2013]
- Decreto nº 7.875 (2012). Altera o Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, que promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. [<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1033677/decreto-7875-12>, acesso em 26/08/2013]
- Diário da República Nº 193 (1991). Resolução da Assembleia da República Nº 26/91. [<http://dre.pt/pdfgratis/1991/08/193A00.pdf>, acesso em 20/08/2013]
- Durkheim, E. (1955/1983). *Pragmatism and Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Durkheim, E. (1988/1974). Individual and Collective representations. In: Durkheim, E. *Sociologia and Philosophy*. Nova York: Free Press
- Farr, R. (1995) Representações Sociais: a teoria e a sua história. In Guareschi, P. and S. Jovchelovitch, Eds. (1999). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 31-59.
- Fonseca, I. (2004). *Representações Sociais e Universo Simbólico do Género*. Covilhã, Universidade da Beira Interior. Tese de Mestrado em Sociologia.
- Lervolino, S. & Pelicioni, M. (2001). 'A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde'. *Rev. Escola de Enfermagem da USP* 35 (2), 115-121. [<http://132.248.9.1:8991/hevila/Cogitareenfermagem/2004/vol9/no1/1.pdf>, acesso em 04/03/2012]
- Lewin K. (1948). *Resolving social conflicts: selected papers on group dynamics*. New York: Harper
- Lima, M. & Vala, J. (2003) 'Dimensões e significados das identidades sociais'. In Vala, J. (Org.) *Simetrias e Identidades*. Oeiras: Celta, 77-98.
- Martins, M. (2006). 'A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico'. In M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Ed.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, 79-87.
- Miranda, J. C. (2002). *A identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico*. Oeiras: Celta.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public*, Paris: PUF.

- Moscovici, S. (2010/2000) *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes
- Munday, J. (2006). 'Identity in Focus: The Use of Focus Groups to Study the Construction of Collective Identity'. *Sociology*, 40 (1): 89–105.
- Oliveira, R. (1976) *Identidade etnia e estrutura Social*. São Paulo: Ênio Matheus Guazzelli Cia. Ltda.
- Rocha, J. C. (2013) "Lusofonia – A concept and its Discontents". *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 25, 1-12.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social II*. Lisboa: Livros Horizonte.